



AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO OESTE DE SANTA CATARINA: DESMATAMENTO E PRESERVAÇÃO (1970 A 1990)

MICHELY CRISTINA RIBEIRO^{1,2,*}, SAMIRA PERUCHI MORETTO^{2,3}

1 Introdução/Justificativa

O processo de colonização da região Oeste do estado de Santa Catarina, iniciado nas primeiras décadas do século XX, possui estreita ligação com as transformações ambientais que podem ser observadas na região. O território, no qual anteriormente habitavam caboclos e populações indígenas, passou então a ser moldado pelos colonos que saíram, em sua maioria, do Rio Grande do Sul para se estabelecerem na região. Com isso, as áreas de Floresta Ombrófila Mista (FOM) e Floresta Estacional Decidual (FED) que eram encontradas no local foram sendo reduzidas tanto em função das atividades de serrarias e madeireiras quanto para que os colonos pudessem destinar a terra para a agricultura e criação de animais.

A intensidade da exploração madeireira levou a debates sobre o esgotamento das florestas. Em 15 de setembro de 1965, foi promulgado o Código Florestal por meio da Lei nº 4.771. Ainda na década de 1960, a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) substituiu o antigo Instituto Nacional do Pinho (INP). As medidas e regulamentações ambientais da época também passaram a envolver questões de conservação e/ou preservação da natureza, como a criação de diversos parques (nacionais, estaduais e municipais) e Áreas de Preservação Ambiental (APAs). Entre as unidades de conservação instituídas, encontra-se a Floresta Nacional de Chapecó (Flona), que foi criada em 1968.

2 Objetivos

O principal objetivo desta pesquisa consiste em investigar o processo histórico da transformação ambiental no Oeste do Estado, nas décadas de 1970 a 1990, dando enfoque para as medidas de conservação e preservação das áreas florestais adotadas na região.

1 Graduanda do curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó, contato: michelycristina@gmail.com

2 Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS

3 Doutora em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, **Orientadora.**



3 Material e Métodos/ Metodologia

O desenvolvimento desta pesquisa foi realizado pelo viés da História Ambiental, a qual “rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “super-natural”, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas” (WORSTER, 1991, p. 199). De acordo com Donald Worster (1991), as questões que a História Ambiental se dedica a investigar podem ser compreendidas em três grupos: o entendimento da natureza propriamente dita, o domínio socioeconômico e as estruturas de significação estabelecidas em relação à natureza. Ainda para o autor, tais questões podem ou não estar envolvidas em uma mesma pesquisa.

Desta forma, buscamos compreender as relações que homens e mulheres construíram historicamente com o meio natural na região Oeste de Santa Catarina e, para isso, a análise engloba aspectos culturais, ambientais, sociais e econômicos que possam ter contribuído para as alterações que ocorreram no ambiente da região durante o recorte estudado.

Como fontes, foram utilizados periódicos regionais, nos quais buscamos notícias ou anúncios que podem ser relacionados com o cenário ambiental da região; relatórios governamentais; legislação; censos agropecuários; iconografia; e entrevistas. Os periódicos encontram-se disponíveis no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), em Chapecó. Outras fontes foram acessadas por meio da internet ou da biblioteca da EPAGRI.

4 Resultados e Discussão

De acordo com dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)⁴, atualmente existem 334 unidades de conservação (UCs) federais no Brasil, as quais abrangem os biomas Amazônia, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e também o marinho. As unidades de conservação são divididas em dois grupos de acordo com a sua finalidade: áreas de proteção integral ou de uso sustentável. Para além da importância das UCs no que diz respeito à preservação ambiental e desenvolvimento científico, é necessário analisar o contexto de sua criação para compreender a relação que se estabelece

4 <http://www.icmbio.gov.br/portal/>



entre as unidades e as comunidades nas quais elas estão inseridas, bem como entender os possíveis conflitos envolvidos no processo de delimitação dos parques.

Mais especificamente, este estudo buscou dar maior ênfase para a Floresta Nacional de Chapecó (Flona), criada, conforme consta no decreto, por meio da portaria nº 560 de 25 de outubro de 1968⁵. Desse modo, historicizar a Flona Chapecó possibilita compreender sua inserção em um contexto mais amplo de criação medidas de preservação e conservação ambiental em âmbito nacional. Desde a sua criação, a unidade passou por diferentes momentos com objetivos específicos. Dessa maneira, é possível constatar que abrange áreas com floresta nativa e também com reflorestamento feito com espécies exóticas.

Conforme os historiadores José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond (2012), entre as gerações de autores que refletiram sobre a proteção à natureza no Brasil, os que desenvolveram suas ideias entre as décadas de 1950 a 1980 eram, em sua maioria, relacionados com a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), a qual “desenvolveu estratégias vigorosas de criação de áreas protegidas, de conservação de espécies ameaçadas de extinção e de proteção de ecossistemas” (FRANCO; DRUMMOND, 2012, p. 333). Apesar disso, antes de se tornar Floresta Nacional de Chapecó, a área em questão correspondia a Parque Florestal, o qual era subordinado ao Instituto Nacional do Pinho (INP). Nesse sentido, seu objetivo estava ligado com a necessidade de oferecer matéria prima para a indústria madeireira. O incentivo ao reflorestamento também estava presente nas prerrogativas do Código Florestal promulgado em 1965, entretanto, não estavam determinadas as espécies que deveriam ser utilizadas para reflorestar. Com isso, a preferência pelas espécies exóticas aparece em diferentes fontes, como por exemplo em uma notícia do jornal Diário da Manhã⁶, de 1979, em que foi anunciada a previsão de produção de 305.000 mudas nativas para o reflorestamento, enquanto o número de mudas exóticas correspondia a 4.455.000.

5 Conclusão

No decorrer da pesquisa, com a análise das fontes coletadas e a partir das leituras

5 Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portaria_chapeco.pdf>.

6 Convênio IBDF e Governo do Estado destina 7,5 milhões para reflorestamento. **Diário da Manhã**. Chapecó, 11 de outubro de 1979, ano I, n. 4, p. 6.



complementares, foi possível perceber o modo como o aspecto econômico influenciou as relações entre sociedade e meio ambiente que se desenvolveram no oeste catarinense. Com isso, as preocupações com medidas mais efetivas de preservação e conservação dos remanescentes florestais na região são mais recentes. O projeto de reflorestamento existente nesse período também não possibilitou a preservação em maior escala da biodiversidade encontrada na FOM e na FED, já que incluía uma grande quantidade de áreas reflorestadas com espécies exóticas.

A etapa da pesquisa que se propõe a investigar as transformações ambientais observadas na área de abrangência da Floresta Nacional de Chapecó ainda está em andamento. Entretanto, sua criação está relacionada com os processos históricos nacionais e regionais que ocorreram no período estudado, de forma que a sua paisagem reflete os resultados da interação entre seres humanos e meio natural em um contexto específico: a busca pelo crescimento econômico, a relevância local e estadual da indústria madeireira, o desmatamento ocasionado pela exploração crescente dos recursos vegetais; ao mesmo tempo em que nacionalmente as ideias de preservação e conservação ambiental estavam sendo intensificadas, influenciando de forma mais acentuada a criação de medidas de proteção à natureza.

Referências

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (Orgs.). **História ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. P. 333-366.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 198-215.

Palavras-chave: História Ambiental; transformação da paisagem; preservação e conservação da Mata Atlântica.

Financiamento

PIBIC/CNPq